

Em negociação, Sindicato luta contra descomissionamento sem justo motivo no BB

A primeira reunião para debater as reivindicações específicas dos funcionários do Banco do Brasil na Campanha Nacional 2013 ocorreu na quarta-feira (15), em Brasília. O Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), cobrou do banco avanços nas questões de saúde e condições de trabalho. Os bancários reclamam dos descomissionamentos sem justo motivo (por ato de gestão), do alto índice de assédio moral na empresa e da pressão para o cumprimento de metas insustentáveis.

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil ressaltou que a raiz do assédio moral está diretamente ligada ao atual sistema de gestão de pessoas da empresa. Outro ponto que deixa o ambiente de trabalho com clima de estresse constante é o baixo salário base do bancário, o que afeta escriturários e também comissionados. Esses bancários temem a perda da função comissionada e a diminuição da remuneração.



Representantes dos trabalhadores (à direita e ao centro) cobram do BB o fim dos descomissionamentos arbitrários

Os representantes dos trabalhadores também cobraram do BB a implantação de critérios claros e transparentes para comissionamento dos funcionários.

"Nossa prioridade de luta é o fim dos descomissionamentos arbitrários, que ocorrem por ato de gestão. Nós estamos arrancando vitórias na luta contra essas pos-

turas totalmente equivocadas", frisou **Rafael Zanon**, diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília e representante da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) na Comissão de Empresa.

Os bancários destacaram também que estão mobiliza-

dos pela ampliação da cláusula 32ª do atual Acordo Coletivo de Trabalho, que obriga o banco a promover três avaliações consecutivas negativas antes do descomissionamento.

Mais informações sobre a negociação no site www.bancariosdf.com.br.

Sindicato reverte descomissionamento na Dipes

Após decisão da terceira turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região, o Banco do Brasil teve que reintegrar a função de um bancário que foi descomissionado imotivadamente na Diretoria de Gestão de Pessoas (Dipes). Publicada em 9 de agosto, a decisão judicial observou que o banco descumpriu o Acordo Aditivo do Banco do Brasil - 2012/2013, que prevê normas para o descomissionamento. O recurso foi impetrado pelo Sindicato.

Sindicato denuncia descomissionamentos imotivados no BB à Presidência da República

O Sindicato integrou a comissão de trabalhadores (foto) que protocolou um documento na Presidência da República, na quarta-feira (15), com a denúncia de descomissionamentos imotivados no Banco do Brasil.

A Contraf-CUT organizou o documento que foi recebido pelo assessor especial do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, José Lopez Feijóo. Ele se comprometeu a averiguar as informações para dar os devidos encaminhamentos.

Os trabalhadores lembraram



Foto: Olívan Faustino

que os funcionários do Banco do Brasil estão vivendo sérios problemas de retaliações e ameaças constantes de descomissionamentos sem justificativas plau-

síveis. Na carta constam outras dificuldades enfrentadas pelos bancários, tais como: adocicamento, pressão por metas inatingíveis e assédio moral.

Primeira negociação específica entre Comando e Caixa discute saúde

O Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e assessorado pela Comissão Executiva Nacional dos Empregados (CEE-Caixa), iniciou no último dia 9 as negociações com a Caixa Econômica Federal acerca da pauta de reivindicações específicas para a Campanha Nacional 2013. A rodada, que ocorreu em Brasília, abordou demandas sobre a saúde do trabalhador, o plano Saúde Caixa e as condições de trabalho.

Porém, antes de começar os debates, o Comando cobrou da empresa solução para questões ainda pendentes, a exemplo dos casos de descomissionamentos de dirigentes sindicais ocorridos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e de empelhos colocados à distribuição de material das entidades associativas e sindicais em determinadas unidades da cidade de São Paulo, todos enquadrados como práticas antissindicais.

Saúde do trabalhador

Nos debates sobre saúde, o Comando defendeu a criação de unidades específicas para Saúde



Dirigentes sindicais (frente) apresentam as reivindicações sobre saúde e condições de trabalho, e cobram solução para questões ainda pendentes

do Trabalhador e Saúde Caixa, com estruturas técnica e administrativa compatíveis com suas atribuições, sendo, no mínimo, uma por estado. Cobrou também o reconhecimento das atividades de tesoureiro, avaliador de penhor e caixa como insalubres, a extensão da pausa de 10 minutos a cada 50 trabalhados a todos os bancários que atendem público ou trabalham com entrada de dados, e a manutenção da titularidade e complementação salarial referente a CTVA para afastados por motivo de saúde, enquanto perdurar o afastamento.

Os representantes dos empregados reivindicaram ainda o

custeio integral pela Caixa do tratamento das doenças do trabalho, inclusive para aposentados por invalidez em função de acidente de trabalho, e defenderam a extensão da licença-aleitamento para mães com crianças de até um ano.

Saúde Caixa

Nas discussões sobre o Saúde Caixa, os representantes dos empregados propuseram a utilização do resultado anual para melhorias no plano, bem como o resarcimento do valor integral dos procedimentos, em localidades sem profissionais credenciados.

Condições de trabalho

O Comando apresentou à Caixa a exigência de que a abertura de novas unidades se dê somente com a estrutura física, de segurança e ergonomia necessárias ao atendimento adequado da população. Cobrou também o fortalecimento das estruturas das Gilogs para o atendimento das demandas existentes.

Para o Comando, a melhoria das condições de trabalho exige o aumento do número mínimo de empregados por agência. A reivindicação feita é que haja dois tesoureiros por unidade, em dois turnos de trabalho, e no mínimo um TBN na retaguarda, por unidade.

A segunda rodada de negociação da pauta de reivindicações específicas da Campanha Nacional 2013 com a Caixa ficou agendada para o dia 19 de agosto. "Essa mesa sobre temas específicos é importante porque temos muitas coisas para resolver com a Caixa e a hora de começar a pressão é agora, com mobilização por todo o país", ressaltou Fabiana Uehara, diretora do Sindicato e da Contraf-CUT.

Caixa: Sindicato ingressa com ação pleiteando adoção de novos divisores para pagamento das horas extras

O Sindicato ingressou com mais uma ação coletiva na Justiça do Trabalho, na terça-feira (13), pleiteando a adoção dos divisores 150 (cargos de 6 horas) e 200 (jornada de 8 horas) para o cálculo das horas extras dos empregados da

Caixa Econômica Federal. O Sindicato baseia-se na súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que já pacificou o assunto.

"O TST, que alterou a redação da súmula 124, deixou bem claro como deve ser calculado o valor da hora ex-

tra dos bancários. Por esse motivo, a Caixa precisa cumprir o que a Justiça determina e deve pagar a diferença dos valores aos empregados que foram prejudicados", afirmou o diretor

do Sindicato Adilson de Sousa.

A nova orientação do TST também contemplou os ocupantes de cargo de confiança sujeitos à jornada de 8 horas diárias.

A íntegra da matéria está disponível em bancariosdf.com.br